

OS MICRO, PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS PODEM CONTAR COM A CDU PARA DEFENDER OS SEUS INTERESSES

soluções
para uma vida melhor



- Porque consideramos que a economia depende, em larga medida, do papel e vitalidade das MPME

Os Micro, Pequenos e Médios Empresários – MPME - têm um papel fundamental na economia nacional e na criação de emprego. São uma camada social antimonopolista que tem sido empurrada para a falência e ruína pelas políticas dos partidos que têm governado o país.

- Porque consideramos que as MPME são, para além da sua importância económica, muito relevantes pelo papel que desempenham nos planos social e político

As MPME têm um papel essencial na vertente social, nos espaços urbanos onde inserem a sua actividade, interagindo com as comunidades locais e na criação de emprego. Mas a sua sustentabilidade e sobrevivência estão cada vez mais em causa, pelo favorecimento dos grandes grupos económicos e financeiros e das grandes superfícies.

- Porque nos batemos pela alteração da norma estabelecida que impede a maioria das micro empresas, tributadas por métodos indiciários e colectas mínimas, se candidate aos Fundos Comunitários.

Representatividade do universo dos micro, pequenos empresários:

Micro empresas: 95,9%
Pequenas empresas: 3,4%
Médias empresas: 0,5%

As MPME representam 99,8% do espectro empresarial e **78% do emprego**

- Porque consideramos que as MPME, a exemplo da economia geral do País, sofrem com a política de abandono da produção e do aparelho produtivo e com o autêntico desprezo pelo mercado interno

As políticas dos sucessivos governos PSD/CDS e PS têm tido consequências dramáticas em sectores tão importantes, como o da construção civil e seus derivados, metalomecânica, restauração, bebidas e similares, as oficinas de reparação automóvel e reboques, comércio tradicional, funerárias e outros serviços de proximidade. No mesmo sentido têm ido os constantes aumentos dos factores de produção e exigências da banca, que tornam impossível a sobrevivência das MPME.

- Porque reconhecemos ser dramática a situação, torna-se urgente a regulamentação do Decreto-Lei n.º 12/2013 que estabelece o regime jurídico de protecção social na eventualidade de desemprego, mas que continua sem aplicação.

CDU - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

O REFORÇO ELEITORAL DA CDU É DO INTERESSE DOS MICRO, PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS



A intervenção da CDU na defesa das MPME tem sido constante. Os nossos Deputados têm apresentado propostas na defesa desta importante camada antimonopolista. Propostas essas que PS, PSD e CDS têm inviabilizado, pelo que só o reforço eleitoral da CDU possibilitará lutar e obter resultados na resolução urgente dos muitos problemas que afectam as MPME.

A CDU tem propostas:

a) Na área da fiscalidade, a exigência de uma reforma fiscal profunda, com a eliminação do PEC – Pagamento Especial por Conta, a redução do IVA da Restauração de 23% para 13% e o fim de grande parte das taxas intermédias do IVA e com a entrega do IVA (IVA de Caixa) só após boa cobrança, a criação de factores técnico-científicos na avaliação do rendimento tributável, a redução de outros impostos e o respeito da Administração Tributária pelas MPME;

b) A expansão do mercado interno para o qual trabalha a imensa maioria das empresas portuguesas, melhorando o poder de compra do povo e privilegiando as MPME nos consumos públicos;

c) A criação de condições de acesso aos Fundos Comunitários, fazendo incidir os objectivos das suas medidas específicas na criação de empregos, na promoção da sustentabilidade e da competitividade das MPME;

d) A criação de uma Secretaria de Estado ou de um Instituto para tratar com as Micro e Pequenas Empresas, já que o IAPMEI, pelas suas características não manifesta vocação de apoio a estes segmentos;

A falência de cada micro, pequena ou média empresa arrasta, não apenas o desemprego, mas também o enfraquecimento em série do universo de quem as fornece



e) A criação de boas condições de acesso ao crédito das MPME, nas garantias e serviço da dívida, onde a CGD deve ter um papel exemplar e regulador. Redução dos custos para os comerciantes e restauração das taxas resultantes de recebimentos com cartões de crédito e multibanco;

f) A redução dos custos de acesso à justiça, simplificação e maior celeridade nos processos;

g) A revogação da Lei dos Despejos Comerciais, porque viola o «Princípio da Estabilidade Negocial» e o «Direito de Propriedade de Negócio»;

h) Medidas de prestação de apoio social para os micro e pequenos empresários, em condições de necessidade justificada e com carreira contributiva mínima.

CDU - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

